



EDUCAÇÃO DO CAMPO: ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABAETETUBA-PA

Autora: Marília dos Santos Fernandes

Pós-graduanda em Educação do Campo e extensão Rural- UFPA- marilia.fernandes2010@hotmail.com

Coautora: Antônia Correa Novaes

Pós-graduanda em Educação do Campo e extensão Rural- UFPA

Coautora: Gerlane da Silva Ferreira

Pós graduanda em Cidades, Identidades e Territórios

Michele dos Santos Fernandes

Graduanda em Pedagogia- FAMAC

RESUMO

O artigo apresenta e analisa o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Abaetetuba-Pa, em suas diferentes vertentes principalmente a inclusão da Educação do campo, e a participação dos movimentos sociais na sua construção, uma vez que o município possui um quantitativo elevado de camponeses e povos tradicionais com culturas próprias que possuem especificidades em seus variados territórios. Considera os atores envolvidos nos diferentes momentos do processo, os discursos afirmados e os negados, ideologias e visões de mundo. O conteúdo do texto é importante, pois sugere elementos para avaliar o PME como um documento de política educacional numa perspectiva reflexiva. Indica como são sustentados/articulados os discursos no PME. A Educação do Campo indica o desafio da construção da escola democrática e popular, uma escola que trabalhe e assuma de fato a identidade do meio na qual está inserida, pensando em um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Nesse sentido, pensar a escola do campo é compreender o conjunto de transformações que a realidade vem exigindo das questões sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas.

Palavras-chave: Plano Municipal; Educação do Campo.

INTRODUÇÃO

Este texto trata do processo de construção do Plano Municipal de Educação (PME) o município de Abaetetuba, e a sua importância pois de acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Plano Municipal de Educação de Abaetetuba – PME é um documento que orientará as ações educacionais do município de Abaetetuba por um período de dez anos. O PME é como um plano de estado distinguindo-se totalmente de um plano de governo. O referido Plano Municipal de Educação – PME, teve seu embasamento orientado na perspectiva do Plano Nacional de Educação - PNE, que sob a Lei 10.172/2001 faz referência à construção dos planos dos referidos municípios que compõem este país, de acordo com as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB N° 9394/96 no que constitui a educação brasileira



E assim revelando a participação do movimento social articulado que, por meio de um fórum, o produziu. Em diversas partes do PME, o processo é revelador de ideologias e visões de mundo; indica discursos que foram afirmados e os que lutam para se expressar; é fonte privilegiada para a compreensão do modo como são construídas, na prática, as políticas educacionais. Nesse sentido faz-se então necessário, um plano municipal coerente que contemple as necessidades, os anseios e as propostas de todos os que conhecem de perto a realidade do município.

Para a elaboração deste plano foi necessário um fórum com representação de diferentes entidades como: Secretaria Municipal de Educação-SEMEC, Conselho Municipal de Educação-CME, Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, Conselho de Direitos das Crianças e Adolescentes-CMDCA, Câmara Municipal de Abaetetuba, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Fórum de Educação do Campo, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará- SINTEPP subsele de Abaetetuba, Universidade Federal do Pará-UFPA, Instituto Federal do Pará-IFPA, Associação de Moradores das Ilhas de Abaetetuba-AMIA, Diocese de Abaetetuba e Pastoral do Menor. O estudo a que este artigo se propõe descreve e analisa de que forma este plano contempla a população do campo.

Neste cenário, se fez necessário interpretar as vozes das representatividades dos Movimentos Sociais do campo, que conforme estabelece Brasil (2010), por meio do Decreto nº 7.352, são: ribeirinhos, quilombolas, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, agricultores, pescadores, assentados, etc. para assim contribuírem com uma proposta educacional dirigida especificamente para esta demanda. Para assim, neste artigo analisar a inserção da educação do campo no plano municipal de educação do município de Abaetetuba.

2. O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A introdução do plano apresenta o histórico das iniciativas congêneres e é a peça que servirá de base tanto para a justificativa do projeto, quanto para o parecer do CME, porque ali são retomados todos os instrumentos legais que apontam na direção da construção do PME. Na realidade, as peças anteriores são resumos do conteúdo aqui exposto. Aqui, será analisado como se deu o processo de participação dos Movimentos Sociais do Campo na construção do PME, também se fez necessário compreender como ocorreu o processo de organização e construção do Plano Municipal de Educação, identificar às contribuições culturais dos Movimentos Sociais e como elas são entendidas na construção do PME, compreendendo a



importância e a relação da cultura dos sujeitos sociais do campo na construção das políticas públicas, inclusive as influências do Plano Municipal de Educação no processo educacional do município.

Abaetetuba tem um legado expressivo quanto à diversidade, cultura e sociabilidade tanto em sua geografia quanto em sua política social. Abrangendo uma extensão que designa ilhas, rios, furos, igarapés, regiões de várzeas, terra firme, estradas, ramais e florestas, que contemplam as inúmeras iguarias que satisfazem os mais diversificados gostos, fortalecendo imensamente as comercializações no universo da Agricultura Familiar como: açai, miriti, cupuaçu, bacuri, brinquedo de miriti e a diversidade artesanal em geral ao universo cultural.

A característica que chama a atenção no plano municipal de educação, é que já na introdução é feito o percurso histórico do plano, com plena participação popular e entidades ligadas a educação e ao campo, entendendo que o município possui diversidades, e boa parte da população é do campo, ou possui raízes fortes com esse meio, e a escola é o pressuposto, a precursora desse processo, assim entendemos a importância de um plano que atenda às necessidades e as diversidades do município quando salienta que “a participação popular é princípio básico de uma construção democrática. As políticas públicas educacionais devem estar pautadas nesse princípio, pois quem vivencia o processo educacional em seu contexto mais concreto, que é a escola, sabe as necessidades e o que deve ser feito para melhorar.”

A sua primeira parte é reveladora desta realidade quando apresenta a realidade do ensino no município. Ela começa com a importância de falar da história da cidade, que apresenta avanços na construção de políticas democráticas. Na introdução os autores defendem o projeto com a participação popular, ficando fácil perceber como sutil é a linha que separa a evolução política da educação da cidade da atuação dos atores envolvidos. Embora negando pode-se identificar no texto uma dimensão de consolidação do PME como o projeto do governo, como no trecho que segue: A promoção do desenvolvimento no município de Abaetetuba vem avançando ao longo dos anos, para o princípio do cumprimento das funções sociais da cidade, bem como a promoção da qualidade de vida e do meio ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social. O plano inicia com o diagnóstico da Educação infantil, Ensino fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Ensino Médio, e faz um parágrafo especificamente sobre a Educação do campo.

Um dos fatores positivos do PME, portanto, é a síntese que realiza dos dados educacionais disponíveis como por exemplo: o quantitativo de escolas de Educação infantil e ensino fundamental: no campo num total de 25 (cidade) e 125 (ilha/estradas e ramais),



totalizando 150 escolas no município, e o número de alunos, assim como a evasão, se houve melhorias ou não na qualidade do ensino, um levantamento de dados geral, do que melhorou e o que precisa melhorar neste âmbito em especial no campo.

Estes dados servem para demonstrar que o objetivo de democratizar a educação de certa forma não foi atingido, contudo uma análise da própria Prefeitura Municipal, elaborada pela Secretaria de Governo Municipal, e a secretaria de educação do campo com a participação dos movimentos sociais ligados ao campo. Os pontos de análise do plano municipal foram escolhidos com propriedade, referentes as políticas da educação do campo, se de fato há um olhar voltado para essa população, uma vez que há um número elevado de escolas no campo, a cidade por si só é considerada uma cidade que tem uma relação intensa com campo. A questão é saber se esses pontos estão no plano para fundamentar as diretrizes e metas ou servir de justificativa para um suposto plano que finge que se preocupa em atender as diversidades locais.

É pertinente analisar que na Pedagogia Bancária, no qual o aluno é depositário de um tipo de conhecimento que serve para o seu cotidiano sua realidade local. A experiência do movimento pela Educação do Campo mostra a importância de se vincular a luta pelas políticas públicas de educação à luta por uma educação dos e não para os sujeitos do campo, negando os ‘pacotes’ ou ‘modelos’ que ignoram ou subordinam as pessoas que vivem no campo. Dessa forma, luta-se pela garantia das políticas públicas da Educação do Campo, para com isso garantir sua ampliação, mas desde que estas sejam construídas pelos próprios sujeitos do campo, reconhecendo sua autonomia e sua capacidade de construção de um projeto educativo próprio (Caldart, 2002).

Este plano ainda dispôs a orientar o trabalho didático-pedagógico desenvolvido nas escolas do campo, capacitando educadores e gestores para atuar na realidade da Educação do Campo da rede municipal de ensino. No entanto neste plano podemos verificar que há de fato uma preocupação com essa questão. Vale ressaltar que a Coordenação de Educação do Campo da Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba – SEMEC foi idealizada e propugnada pelo FORECAT¹, sendo esta implementação uma das exigências deste fórum de educação para que todas as secretarias de educação da região programassem em seus departamentos de ensino uma coordenação específica da educação do campo. Outro fato é que

1 O Fórum Regional de Educação do Campo-Tocantina II, constitui-se num importante marco no processo de organização e diálogo sobre as políticas de Educação do Campo. A intenção de aproximar os atores envolvidos busca atribuir caminhos para a constituição de políticas públicas capazes de responder os grandes desafios que no início do milênio apontam para a formação educacional do campo.



esta mencionada Coordenação de educação do campo teve seu início no mesmo período em que se começaram as primeiras reuniões para encaminhar o diagnóstico da situação educacional do município de Abaetetuba para assim dar início ao processo de construção do Plano Municipal de Educação - PME.

Para tanto, vale ressaltar que a educação do campo alavancou no município, mas que ainda tem muito ao que avançar, mas que a partir da criação da 1ª Coordenação de Educação Coordenação Campo/SEMEC, houve uma maior integração da educação do campo, e esta criação foi atribuída como uma reivindicação, uma exigência nas articulações do Fórum Regional de Educação do campo – FORECAT II com todas as secretarias municipais de educação da região do Baixo Tocantins que abrangem os diálogos do FORECAT. Sendo que todas as secretarias municipais de educação (SEMEC/SEMED) deveriam implementar uma coordenação específica da Educação do Campo para constituir sua diretoria de ensino.

E essas necessidades devem ser consideradas em concreto com qualidade, e essa só será construída se todos os agentes do campo, inclusive a escola, assumir a agricultura, o desenvolvimento, a cultura como eixo central das suas ações, contribuindo na construção de atitude e valores para as novas relações de gênero, fundamentadas na igualdade, na disposição para reconhecer o direito de cada pessoa, no aprender, no ensinar a partilhar saberes e poder entre mulheres e homens.

3. POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES

Portanto, a partir da análise do PME, percebemos o quão importante e relevante foi a participação dos movimentos sociais em todas as segmentações que envolvem os processos educacionais na extensão das regiões que compreendem o campo, as políticas educacionais desenvolvidas para as demandas camponesas devem ser pautadas nos movimentos sociais.

A construção do PME desempenhou a participação como ato de intervenção nas ações públicas, onde estes conquistaram o direito de ter voz nesse processo de decisão e contribuição nas políticas públicas. Ocorreu então a participação como empoderamento dos movimentos sociais no aprendizado da cidadania.

E para que ocorra de fato mudanças e melhorias na educação, buscando mecanismo que possam contribuir de forma relevante, torna-se necessário a apropriação das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica, pautada na diversidade social e cultural, nas relações étnico – raciais e a identidade das escolas do campo e quilombolas, como também o entendimento diretrizes implementadas no Estatuto da Criança e do Adolescente e em todas as resoluções e demais documentos específicos que promulgue desta vertente, para a



contextualização e incorporação das dimensões que norteiam a transição deste movimento no sistema de ensino brasileiro, a fim de atender as especificidades de cada região, especialmente em Abaetetuba, município do Baixo Tocantins inserido na Amazônia Legal.

Atualmente, os currículos escolares do campo não podem deixar de incluir o estudo sobre as questões de grande importância em nossa sociedade, tais como: questões ambientais, questões agrária e fundiária, sociais, matrizes produtivas, econômicas, políticas, culturais, de poder, de raça, gênero, etnia, sobre tecnologias na agricultura, entre outras. Enfim, é necessário ter um currículo diversificado que contemple as relações com o trabalho na terra e trabalhe o vínculo entre educação e cultura, sendo a escola um espaço de desenvolvimento cultural de toda a comunidade. Portanto, os saberes construídos no contexto das práticas educativas das escolas do campo devem tanto a partir da vida dos estudantes quanto voltar-se à ampliação das competências concretas dos estudantes, para que os mesmos intervenham de forma crítica e competente, enquanto agente político responsável pela transformação social da realidade camponesa.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Acessado em 19 de abril de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>.

CALDART, R. S. (2002) Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Kolling, E.J. et al. (orgs). Coleção Por uma Educação do Campo, n° 4. Brasília: Art. Nacional Por Uma Educação do Campo.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para a construção de um projeto político e pedagógico da Educação do Campo. In. MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. (Orgs) Educação do Campo: contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo. Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”. Brasília, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo DP&A, 2003.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao/situacao-dos-planos-de-educacao>.

Portal do INEP. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br>



IX FIPED

IX FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA 2017

III SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCAÇÃO • RESISTÊNCIA • LIBERDADE

08 a 11 de novembro de 2017

Desafios pedagógicos de uma sociedade em transe

ABAETETUBA-PA

